



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**12/04/2013**



# INDICE

---

|                               |         |
|-------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE             |         |
| 1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....    | 1       |
| 1.2. VARA DA MULHER.....      | 2 - 3   |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS        |         |
| 2.1. CONVÊNIOS.....           | 4 - 5   |
| 2.2. CORREGEDOR.....          | 6 - 7   |
| 2.3. VARA DA MULHER.....      | 8       |
| 3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS |         |
| 3.1. CONVÊNIOS.....           | 9       |
| 4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO  |         |
| 4.1. SERVIDORES.....          | 10      |
| 4.2. VARAS CRIMINAIS.....     | 11      |
| 5. JORNAL EXTRA               |         |
| 5.1. SEM ASSUNTO.....         | 12      |
| 6. JORNAL O DEBATE            |         |
| 6.1. CONVÊNIOS.....           | 13      |
| 7. JORNAL O IMPARCIAL         |         |
| 7.1. CONVÊNIOS.....           | 14 - 15 |
| 7.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....  | 16      |
| 8. JORNAL O QUARTO PODER      |         |
| 8.1. CONVÊNIOS.....           | 17      |
| 9. JORNAL PEQUENO             |         |
| 9.1. COMARCAS.....            | 18      |
| 9.2. CONVÊNIOS.....           | 19 - 20 |
| 9.3. DECISÕES.....            | 21      |
| 9.4. JUÍZES.....              | 22      |
| 9.5. PUBLICIDADE LEGAL.....   | 23 - 24 |
| 9.6. SEM ASSUNTO.....         | 25 - 26 |

## Judiciário quer reduzir número de presos provisórios

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão quer reduzir para 40% o número de presos provisórios no Estado, cujo percentual hoje é de 52%.

“É uma meta aceitável, mas não é o ideal. Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública devem se organizar para atingi-la, sem a necessidade de mutirões carcerários”, enfatiza o juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas Melo Martins.

Para Martins, os detentos precisam ter situação penal definida. “Quem tem que ficar detido, que fique mediante o julgamento e determinação da pena a ser cumprida”, ressalta o juiz, acrescentando que de 2009 a 2011 o percentual de presos provisórios caiu de 74% para 52%, uma redução de 22%.

Segundo ele, a redução registrada nos últimos dois anos foi possível graças à criação de novas varas criminais e de execução penal, à tramitação eletrônica dos processos em 100% das varas de execução penal no Estado, além das audiências com sistema audiovisual, mutirões carcerários e parcerias viabilizadas pelo gru-

po, envolvendo secretarias de Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades da sociedade civil organizada.

“É preciso também ampliar o número de defensores que atuam no interior, com a implantação de mais núcleos da Defensoria Pública e adotar as penas alternativas com maior frequência”, aponta Martins.

O magistrado afirma que o uso de equipamentos nas audiências também poderá acelerar os julgamentos. “Utilizando esse sistema, os juízes conseguem realizar o dobro de audiências por dia”, complementa.

Na avaliação dos integrantes do GMF, para que o Maranhão atinja o índice ideal (20%), é necessário que os juízes criminais identifiquem problemas que dificultam a execução em suas respectivas comarcas.

O Grupo tem como presidente o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho e é integrado por juízes auxiliares das varas de execução penal de São Luís e de Imperatriz, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho de Defesa de Direitos Humanos, Secretaria de Segurança Pública, entre outros.

Pág. 3

## **Secretária Catharina Bacelar participa de reunião em Brasília**



⇒ Secretária Catharina Bacelar e a adjunta, Crisális Fonseca

# Secretária Catharina Bacelar participa de reunião em Brasília



Secretária Catharina Bacelar e a adjunta, Crisális Fonseca, apresentam relatório em Brasília durante encontro de gestoras

A secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar e a secretária-adjunta, Crisális Fonseca estão participando, em Brasília, da reunião das Secretárias e Gestoras do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

A reunião terá como pauta principal o Programa "Mulher, Viver Sem Violência", lançado pela presidente Dilma Rousseff, em março. Além desse tema, se-

rão também discutidos assuntos como Monitoramento e Gestão do Pacto Nacional e Fundo Nacional de Amparo as Mulheres Agredidas.

Durante o evento, as representantes do Maranhão, apresentaram um documento sobre o estado da arte do Pacto no Maranhão, incluindo as ações realizadas desde a sua adesão ao Pacto, em 2008. No documento consta o balanço de execução dos convênios, capacitações, experiências inovadoras desenvolvidas

pelos estados e Distrito Federal, contextualização da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte", entre outras ações, além de discutirem questões sobre o Fundo Nacional de Amparo as Mulheres Agredidas, como adequações e encaminhamentos do FNAMA para as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

## Avanços

O Maranhão tem se destacado no que diz respeito à ampliação da institucionalização da política para as mulheres. A Secretaria de Estado da Mulher tem as mesmas metas estabelecidas pela SPM/PR de ampliar em 10% o número de organismos de políticas para as mulheres e em 30% a rede de atendimento à mulher, objetivando dar uma efetiva contribuição no alcance dessas metas pelo Governo Federal.

A Gestora Estadual do Pacto, a Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, tem procurado sensibilizar gestores municipais, vereadores e a sociedade civil no sentido de criarem os organismos municipais de políticas para as mulheres, os conselhos de direitos e institui-

rem, ainda que minimamente, uma rede de atendimento à mulher, por meio de ações diversas, entre as quais estão as viagens de itinerância que, até março de 2013, já alcançaram 149 municípios, correspondendo a 69% do total e que deverão prosseguir em 2013-2014.

Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, o avanço da institucionalidade das políticas para as mulheres nos municípios e o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, foram criadas 02 Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo uma em Imperatriz, instalada em agosto de 2007, e a outra em São Luís, instalada em março de 2008. Nesses dois municípios também foram criadas Promotorias Especializadas na Defesa dos Direitos das Mulheres.

Antes da adesão do Maranhão ao Pacto Nacional, o Estado contava com pouquíssimos organismos de políticas para as mulheres. Até 2008 (ano em que o Pacto Nacional entrou em vigência), existiam no Maranhão apenas 8 organismos executivos municipais de políticas para as mulheres.



## Presidente do TJ e Edivaldo Holanda Jr. conversam sobre juizados em São Luís



O termo cooperativo para construção de 17 novos juizados especiais em São Luís foi o tema central de encontro do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Guerreiro Júnior, com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, ontem (11), na sede do TJMA. **PÁGINA 3**

**Prefeito Edivaldo Holanda  
Júnior e o Desembargador  
Guerreiro Júnior**

## COOPERAÇÃO

# Presidente do TJMA e Prefeito conversam sobre juizados em SL

O termo cooperativo para construção de 17 novos juizados especiais em São Luís foi o tema central de encontro do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Guerreiro Júnior, com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, ontem (11), na sede do TJMA. De acordo com o projeto a ser celebrado, a prefeitura se encarregará de doar os terrenos, enquanto o Tribunal ficará responsável pelas obras.

"Dos 17 terrenos, já conseguimos dez. Os outros sete estão sendo mapeados, e a ideia do desembargador-presidente Guerreiro Júnior é que esses terrenos sejam nos locais mais carentes e nas áreas mais populosas da nossa cidade - enfim, uma grande parceria", avaliou o prefeito, que estava acompanhado do procurador-geral do município, Marcos Braid.



**Prefeito Edivaldo Holanda Júnior e o Desembargador Guerreiro Júnior**

O presidente considerou bastante proveitoso o diálogo. "O prefeito sabe da necessidade da população que mora nas áreas mais carentes. Daí, a proposta de descentralizarmos os juizados e partirmos para núcleos populacionais maiores", acrescentou Guerreiro Júnior.

O desembargador explicou que todas as novas unidades a serem construídas

pelo Judiciário maranhense serão inovadoras e pré-fabricadas, aderindo à ata da Secretaria estadual de Segurança Pública.

Além da parceria com a Prefeitura de São Luís, o presidente do TJMA destacou que outro acordo com idêntico objeto foi feito com o município de Santa Inês, e lembrou que a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA)

doou parte do terreno de sua sede social, na Avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau). Em ambas as localidades também serão construídos juizados especiais, totalizando 19 novas unidades.

Os desembargadores Anildes Cruz e Raimundo Barros também foram cumprimentar o presidente do TJMA e o prefeito de São Luís pela parceria.

## Corregedor da Justiça participa do 62º Encoge



Tem início na noite de ontem (11), o 62º Encoge, em Ouro Preto (MG). O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha (foto), participa do encontro e coordenará, nesta sexta-feira (12), mesa de trabalho que definirá o novo Estatuto do Colégio Permanente de Corregedores. **PÁGINA 3**



# Corregedor da Justiça participa do 62º Encoge

Tem início na noite de ontem (11), o 62º Encoge - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil -, em Ouro Preto (MG). O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, participa do encontro e coordenará, nesta sexta-feira (12), mesa de trabalho que definirá o novo Estatuto do Colégio Permanente de Corregedores.

"Fico honrado de coordenar este trabalho, no qual discutiremos e votaremos as emendas e alterações do novo estatuto do Colégio de Corregedores. Será um momento proveitoso e importante para o encontro", comentou o desembargador Cleones Cunha.

Acompanham o corregedor-

dor-geral da Justiça do Maranhão ao 62º Encoge a juíza auxiliar da CGJ-MA Alice Prazeres e a juíza Teresa Cristina Mendes, que está à disposição da CGJ-MA.

A abertura do encontro será feita pelo desembargador Luiz Audebert Delage Filho, corregedor-geral da Justiça de Minas Gerais e presidente do Colégio Permanente de Corregedores-gerais, e pelo desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do TJMG.

Também serão bastante debatidas durante o encontro as questões relacionadas aos Serviços Extrajudiciais, como regularização fundiária urbana e código de normas dos serviços notariais e de registro.

O desembargador Hen-

rique Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, fará uma participação no encontro falando sobre "As Associações de Magistrados e as Corregedorias", na qual também participa o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Des. Herbert José Almeida Carneiro.

Outro tema a ser debatido será "Ética para o Brasil de hoje", palestra que será proferida pelo corregedor-geral da Justiça de São Paulo, Des. José Renato Nalini.

O encerramento do 62º Encoge, que ocorre na noite de sexta-feira (12), será feito pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que proferirá palestra magna.

# Secretária Catharina Bacelar participa de reunião em Brasília



Secretária Catharina Bacelar e a adjunta, Crisális Fonseca, apresentam relatório em Brasília durante encontro de gestoras

A secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar e a secretária-adjunta, Crisális Fonseca estão participando, em Brasília, da reunião das Secretárias e Gestoras do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)

A reunião terá como pauta principal o Programa "Mulher, Viver Sem Violência", lançado pela presidente Dilma Rousseff, em março. Além desse tema, serão também discutidos assuntos como Monitoramento e Gestão do Pacto Nacional e Fundo Nacional de Amparo as Mulheres Agredidas.

Durante o evento, as representantes do Maranhão, apresentaram um documento sobre o estado da arte do Pacto no Maranhão, incluindo as ações realizadas des-

de a sua adesão ao Pacto, em 2008. No documento consta o balanço de execução dos convênios, capacitações, experiências inovadoras desenvolvidas pelos estados e Distrito Federal, contextualização da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte", entre outras ações, além de discutirem questões sobre o Fundo Nacional de Amparo as Mulheres agredidas, como adequações e encaminhamentos do FNAMA para as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**AVANÇOS** - O Maranhão tem se destacado no que diz respeito à ampliação da institucionalização da política para as mulheres. A Secretaria de Estado da Mulher tem as mesmas metas estabelecidas pela SPM/PR de am-

pliar em 10% o número de organismos de políticas para as mulheres e em 30% a rede de atendimento à mulher, objetivando dar uma efetiva contribuição no alcance dessas metas pelo Governo Federal.

A Gestora Estadual do Pacto, a Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, tem procurado sensibilizar gestores municipais, vereadores e a sociedade civil no sentido de criarem os organismos municipais de políticas para as mulheres, os conselhos de direitos e instituírem, ainda que minimamente, uma rede de atendimento à mulher, por meio de ações diversas, entre as quais estão as viagens de itinerância que, até março de 2013, já alcançaram 149 municípios, correspondendo a 69% do total e que deverão prosseguir em 2013-2014.

Com a entrada em vigor da

Lei Maria da Penha, o avanço da institucionalidade das políticas para as mulheres nos municípios e o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram criadas 02 Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo uma em Imperatriz, instalada em agosto de 2007, e a outra em São Luís, instalada em março de 2008. Nesses dois municípios também foram criadas Promotorias Especializadas na Defesa dos Direitos das Mulheres.

Antes da adesão do Maranhão ao Pacto Nacional, o Estado contava com poucos organismos de políticas para as mulheres. Até 2008 (ano em que o Pacto Nacional entrou em vigência), existiam no Maranhão apenas 8 organismos executivos municipais de políticas para as mulheres. Com a adesão do Estado e Municípios ao Pacto Nacional, foram definidos 11 municípios para exercerem o papel de Municípios-Pólo: Balsas, Barreirinhas, Bom Jesus das Selvas, Caxias, Coelho Neto, Colinas, Imperatriz, Matões do Norte, Santa Rita, São Luís e São Vicente Férrer.

A Semu integra a Rede Estadual, na condição de porta de entrada por meio da Ouvidoria da Mulher e do Programa Viva Mulher e, ao mesmo tempo em que coordena, funciona como arco desta rede.



## TJMA e prefeito debatem sobre novos juizados



**O TJMA financiará as obras em terrenos doados pela prefeitura**

Os detalhes sobre termo cooperativo para construção de 17 novos juizados especiais em São Luís foi o tema central de encontro do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Guerreiro Júnior, com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, realizado ontem, quinta-feira (11), na sede do TJMA. De acordo com o projeto a ser celebrado, a prefeitura se encarregará de doar os terrenos, enquanto o Tribunal ficará responsável pelas obras.

"Dos 17 terrenos, já conseguimos dez. Os outros sete estão sendo mapeados, e a ideia do desembargador-presidente Guerreiro Júnior é que esses terrenos sejam nos locais mais carentes e nas áreas mais populosas da nossa cidade - enfim, uma grande parceria", avaliou o prefeito, que estava acompanhado do procurador-geral do município, Marcos Braid.

O presidente considerou bastante proveitoso o diálogo. "O prefeito sabe da necessidade da população que

mora nas áreas mais carentes. Daí, a proposta de descentralizarmos os juizados e partirmos para núcleos populacionais maiores", acrescentou Guerreiro Júnior.

O desembargador explicou que todas as novas unidades a serem construídas pelo Judiciário maranhense serão inovadoras e pré-fabricadas, aderindo à ata da Secretaria estadual de Segurança Pública.

Além da parceria com a Prefeitura de São Luís, o presidente do TJMA destacou que outro acordo com idêntico objeto foi feito com o município de Santa Inês, e lembrou que a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) doou parte do terreno de sua sede social, na Avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau). Em ambas as localidades também serão construídos juizados especiais, totalizando 19 novas unidades.

Os desembargadores Anildes Cruz e Raimundo Barros também foram cumprimentar o presidente do TJMA e o prefeito de São Luís pela parceria.

## Paralisação

**Servidores** da Justiça Estadual suspenderam as atividades. Conforme informações da direção da categoria, não houve por parte do Tribunal nenhuma movimentação para atender as reivindicações da categoria que quer valorização de cargos e salários.

## Julgamento

**BARRA DO CORDA** - Em júri popular realizado na quarta-feira (10), pela 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, o réu Mauro de Oliveira Santos, o *Fulozinha*, foi condenado a 16 anos de reclusão em regime fechado pelo homicídio de sua companheira, Maria de Fátima Davi de Sousa, conhecida como Simone, ocorrido em fevereiro de 2010. O júri, que foi presidido pelo titular da Vara, juiz João Pereira Neto, aconteceu na sede da Academia Barracordense de Letras.



## Prefeitura e TJ discutem parceria para construção de juizados em São Luís

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, discutiram na manhã desta quinta-feira, 11, parceria entre as instituições para viabilizar a construção de sedes para os juizados especiais. O procurador-geral

do Município, Marcos Braid, acompanhou o prefeito durante a reunião.

O Tribunal de Justiça solicita à Prefeitura a doação de 17 áreas para a construção de sedes próprias de juizados especiais. O Judiciário deverá investir cerca de R\$ 20 milhões em recursos próprios nas futuras

instalações. Atualmente, todos os juizados especiais estão sediados em prédios alugados, ocasionando custos altos para o Tribunal. Das 17 áreas, 10 já foram identificadas e outras cinco estão sendo mapeadas. As novas áreas serão localizadas em regiões carentes da região metropolitana de São

Luís. Os Juizados especiais Cíveis foram criados com a edição da Lei nº 9099/95 e fazem parte do sistema do Poder Judiciário brasileiro. O objetivo dos Juizados é promover de forma rápida e eficaz causas consideradas simples, promovendo sempre o acordo entre as partes.

## PARCERIA (I)

Os detalhes sobre termo cooperativo para construção de 17 novos juizados especiais em São Luís foi o tema central de encontro do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Guerreiro Júnior, com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, ontem (11), na sede do TJMA. De acordo com o projeto a ser celebrado, a prefeitura se encarregará de doar os terrenos, enquanto o Tribunal ficará responsável pelas obras. O presidente considerou bastante proveitoso o diálogo. "O prefeito sabe da necessidade da população que mora nas áreas mais carentes. Daí, a proposta de descentralizarmos os juizados e partirmos para núcleos populacionais maiores", acrescentou Guerreiro Júnior.

## PARCERIA (II)

O desembargador explicou que todas as novas unidades a serem construídas pelo Judiciário maranhense serão inovadoras e pré-fabricadas, aderindo à ata da Secretaria estadual de Segurança Pública. Além da parceria com a Prefeitura de São Luís, o presidente do TJMA destacou que outro acordo com idêntico objeto foi feito com o município de Santa Inês, e lembrou que a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) doou parte do terreno de sua sede social, na Avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau). Em ambas as localidades também serão construídos juizados especiais, totalizando 19 novas unidades. Os desembargadores Anildes Cruz e Raimundo Barros também foram cumprimentar o presidente do TJMA e o prefeito de São Luís pela parceria.

 **PARCERIA**

# PREFEITURA E TJ DISCUTEM CONSTRUÇÃO DE JUIZADOS

POLÍTICA 2

## PARCERIA



Edivaldo recebeu Guerreiro Júnior, presidente do TJ, para discutirem possível parceria

# Prefeitura e Tribunal de Justiça discutem construção de juizados

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, discutiram ontem parceria entre as instituições para viabilizar a construção de sedes para os juizados especiais. O procurador-geral do Município, Marcos Braid, acompanhou o prefeito durante a reunião.

O Tribunal de Justiça solicita à Prefeitura a doação de 17 áreas para a construção de sedes próprias de juizados especiais. O Judiciário deverá investir cerca de R\$ 20 milhões em recursos próprios nas futuras instalações.

Atualmente, todos os juizados especiais estão sediados em prédios alugados, ocasionando custos altos para o Tribunal. Das 17 áreas, 10 já foram identificadas e outras cinco estão sendo mapeadas. As novas áreas serão localizadas em regiões carentes da região metropolitana de São Luís.

O prefeito Edivaldo Holanda Jú-

nior afirmou que a parceria é uma grande conquista em prol do bem comum. "Ações conjuntas como esta com o Judiciário são de extrema importância para o bem de todos", disse.

Sentimento compartilhado pelo desembargador Guerreiro Júnior. Segundo ele, a concessão de terrenos pela Prefeitura aliviará o orçamento e beneficiará a população. "A construção dessas novas sedes de juizados especiais permitirão que a população mais carente tenha acesso mais rápido à justiça. Contar com a Prefeitura nessa jornada é fundamental e demonstra que temos os mesmos objetivos e ideais", afirmou o desembargador.

Os Juizados Especiais Cíveis foram criados com a edição da Lei nº 9099/95 e fazem parte do sistema do Poder Judiciário brasileiro. O objetivo dos Juizados é promover de forma rápida e eficaz causas consideradas simples, promovendo sempre o acordo entre as partes.



## Juizados em casa própria

*Dos 17 terrenos que o presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, precisa para construir sedes de juizados especiais em São Luís, o prefeito Edivaldo Holanda Júnior o informou ontem, em encontro no TJ, que já dispõe de dez. O objetivo é descentralizar os juizados, para alcançar os núcleos mais populosos da capital maranhense, levando a Justiça para perto de quem dela necessita.*

# Prefeito e Presidente do TJ conversam sobre juizados

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, discutiram na manhã desta quinta-feira, 11, parceria entre as instituições para viabilizar a construção de sedes para os juizados especiais. O procurador-geral do Município, Marcos Braid, acompanhou o prefeito durante a reunião.

O Tribunal de Justiça solicita à Prefeitura a doação de 17 áreas para a construção de sedes próprias de juizados especiais. O Judiciário deverá investir cerca de R\$ 20 milhões em recursos próprios nas futuras instalações.

Atualmente, todos os juizados especiais estão sediados em prédios alugados, ocasionando custos altos



prefeito Edivaldo Holanda Júnior e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior

para o Tribunal. Das 17 áreas, 10 já foram identificadas e outras cinco estão sendo mapeadas. As novas áreas serão localizadas em regiões carentes da região metropolitana de São Luís.

O prefeito Edivaldo Holan-

da Júnior afirmou que a parceria é uma grande conquista em prol do bem comum. "Ações conjuntas como esta com o Judiciário são de extrema importância para o bem de todos", disse.

Sentimento compartilh-

do pelo desembargador Guerreiro Júnior. Segundo ele, a concessão de terrenos pela Prefeitura aliviará o orçamento e beneficiará a população. "A construção dessas novas sedes de juizados especiais permitirão que a população mais carente tenha acesso mais rápido à justiça. Contar com a Prefeitura nessa jornada é fundamental e demonstra que temos os mesmos objetivos e ideais", afirmou o desembargador.

Os Juizados especiais Cíveis foram criados com a edição da Lei nº 9099/95 e fazem parte do sistema do Poder Judiciário brasileiro. O objetivo dos Juizados é promover de forma rápida e eficaz causas consideradas simples, promovendo sempre o acordo entre as partes.

## Comarca de Buriti realiza sessões do Tribunal do Júri

A juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes, titular de Buriti, realizou na terça (9) e quarta-feira (10), sessões do Tribunal do Júri na comarca. Foram dois julgamentos, sendo um por crime de homicídio e outro por crime de tentativa de homicídio.

No julgamento de terça-feira (9), o réu foi o ex-policia militar José Raimundo Costa Moraes, acusado de prática de crime de homicídio contra Raimundo Nonato Chaves de Lima Sipaúba, em maio de 1985. Na época, José Raimundo, juntamente com três policiais militares, ao fazer uma abordagem na vítima e em seu irmão foi surpreendido com um

disparo efetuado pela vítima. Os policiais revidaram e a vítima foi atingida nas costas por um único tiro, vindo a óbito.

José Raimundo foi condenado pelo crime de homicídio qualificado e foi sentenciado a 12 anos de reclusão a ser cumprida na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. O advogado do réu, José de Alencar Macedo Alves, afirmou que irá recorrer da sentença.

Já no júri da quarta-feira (10), o réu foi Merval Nunes da Conceição. Ele foi denunciado pelo crime de tentativa de homicídio contra a vítima Deusimar Gonçalves Araujo. O réu bebia juntamente com a vítima no dia

do crime e, após uma discussão por causa de bebida, a vítima desferiu um tapa no rosto do réu que revidou esfaqueando com um golpe na região do quadril da vítima.

Nesse julgamento, os jurados entenderam que não houve tentativa de homicídio, e o réu foi condenado pelo crime de lesão corporal. Como o crime ocorreu há 19 anos, o crime prescreveu e foi extinta a punibilidade do réu. O advogado Francisco Pestana Gomes Júnior defendeu Merval. O promotor de Justiça Clodoaldo Nascimento Araújo atuou nos dois júris.

# Presidente do TJMA e prefeito conversam sobre juizados em SL

PÁGINA 2



## Presidente do TJMA e prefeito conversam sobre juizados em SL



**Edivaldo Júnior e Guerreiro: prefeitura doa terreno e tribunal assume as obras**

Os detalhes sobre termo cooperativo para construção de 17 novos juizados especiais em São Luís foi o tema central de encontro do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Guerreiro Júnior, com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, nesta quinta-feira (11), na sede do TJMA. De acordo com o projeto a ser celebrado, a prefeitura se encarregará de doar os terrenos, enquanto o Tribunal ficará responsável pelas obras.

“Dos 17 terrenos, já conseguimos dez. Os outros sete estão sendo mapeados, e a ideia do desembargador-presidente Guerreiro Júnior é que esses terrenos sejam nos locais mais carentes e nas áreas mais populosas da nossa cidade – enfim, uma grande parceria”, avaliou o prefeito, que estava acompanhado do procurador-geral do município, Marcos Braid.

O presidente considerou bastante proveitoso o diálogo. “O

prefeito sabe da necessidade da população que mora nas áreas mais carentes. Daí, a proposta de descentralizarmos os juizados e partirmos para núcleos populacionais maiores”, acrescentou Guerreiro Júnior.

O desembargador explicou que todas as novas unidades a serem construídas pelo Judiciário maranhense serão inovadoras e pré-fabricadas, aderindo à ata da Secretaria estadual de Segurança Pública.

Além da parceria com a Prefeitura de São Luís, o presidente do TJMA destacou que outro acordo com idêntico objeto foi feito com o município de Santa Inês, e lembrou que a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) doou parte do terreno de sua sede social, na Avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau). Em ambas as localidades também serão construídos juizados especiais, totalizando 19 novas unidades.

## ■ Sidarta Gautama

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu pelo arquivamento da investigação contra o juiz Sidarta Gautama, titular da 1ª Vara da Comarca de Caxias, por suposta prática de agiotagem...

## ■ Arquivamento

Em plenário na sessão da Corte de quarta-feira passada, os desembargadores decidiram por 12 votos a 5 arquivar a investigação...

## ■ Repercussão

...Ainda no ano passado, em resposta à nota 'Repercussão', que remetia ao assunto (coluna de 27 de junho de 2012), em 30 de junho de 2012 Sidarta Gautama enviou correspondência ao redator, publicada sob o título 'Sidarta quebra o silêncio', na qual o magistrado negou estar envolvido no caso...

## ■ Silêncio

...O título 'Sidarta quebra o silêncio' porque fora a primeira vez que o magistrado viera a público se manifestar a respeito do assunto de ampla repercussão local e estadual.

## Juíza discute violência doméstica no Timor Leste

A juíza Sônia Amaral (7º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís) atuará como relatora em uma conferência sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher do Timor Leste, no dia 16 de abril. O convite foi feito pelo Banco Mundial.

A magistrada participará de uma reunião de trabalho sobre "Acesso à Justiça", presidida pelo ministro da Justiça do Timor Leste, Nelinho Vital, quando será apresentado resumo crítico sobre a forma de abordagem da violência

doméstica, bem como sugestões de melhorias na legislação e nas políticas públicas daquele país nessa área.

A juíza estará em Sydney (Austrália) nos dias 13 e 14, para uma reunião com técnicos do Banco Mundial, para discutir sobre o cenário e encontrar soluções adequadas para o enfrentamento da violência doméstica. No dia 17, se reunirá com o ministro da Justiça do Timor para tratar da implementação das propostas discutidas na reunião de trabalho referente à prestação da Justiça.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 25/2013**  
**Processo n° 49197/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)**, Tipo **MENOR PREÇO**, por Lote, contratação de empresa especializada em serviços continuados de instalação e manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura de cabeamento para redes lógicas, elétricas e outras, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **17/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)** está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 11 de abril de 2013.

Kátia Araujo Gonçalves  
Pregoeira TJ/MA





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013**  
**Processo nº 52307/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05 e nº 3.931/01, dos Decretos Estaduais nº 26.645/10 e nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por Lote (Grupo), Contratação empresa especializada em fabricação, embalagem, armazenagem, distribuição e montagem de bens permanentes – Estantes de Aço e Armários de Aço – para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no dia 29/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília),** através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 10 abril de 2013.  
**Jonnilson Nogueira dos Passos**  
**Pregoeiro TJ/MA**

---

# MINISTRO DETERMINA RETOMADA DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

---

## Ministro determina retomada de pagamentos de precatórios declarados inconstitucionais

O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou, ontem que os Tribunais de Justiça retomem o pagamento dos precatórios parcelados, prática considerada inconstitucional pelo plenário da própria Corte há menos de um mês. Os precatórios são títulos da dívida que o governo emite para pagar quem ganha na Justiça demandas contra o Estado. Esses títulos são pagos de acordo com uma fila, que pode durar anos.

Segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Estados e municípios brasileiros devem R\$ 94,3 bilhões em precatórios. No dia 14 de

março, ao analisar duas ações, uma delas propostas pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o tribunal julgou inconstitucional uma emenda que alterou o regime de pagamento desse tipo de dívida, permitindo o parcelamento em até 15 anos.

Fux foi um dos ministros a votar pelo fim do pagamento parcelado, recebendo inclusive a função de redigir o acórdão (resultado oficial da decisão). Na ocasião, afirmou, por exemplo, que “permitir que precatórios judiciais sejam saldados em 15 anos ou até em prazos maiores é medida que ultrapassa o senso da razoabilidade”.